



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



**Processo n°(d):** 9.679/10  
**Jurisdicionada:** Banco de Brasília S/A – BRB  
**Assunto:** Tomada de Contas Especial  
**Ementa:** Tomada de Contas Especial. BRB. SEPLAN. Realização de despesas sem pertinência ao objeto do Contrato de Publicidade DIRAD/DESEG 99/037. Defesa do dirigente parcialmente procedente, apenas para afastá-lo do dever de ressarcir o débito. Aplicação de multa. Pagamento. Improcedência da defesa da contratada. Cientificação para pagamento do débito. Não manifestação da empresa. Julgamento irregular. Notificação.

SECONT sugere a irregularidade das contas do dirigente e da contratada e nova notificação da empresa para recolhimento do débito.

Ministério Público acompanha a instrução, alertando a necessidade de expedição de acórdão para a eventual cobrança judicial do débito.

Voto parcialmente convergente. Nova notificação da empresa para que recolha o valor devido.

## RELATÓRIO

Trata-se de tomada de contas especial, instaurada por determinação do Tribunal, para apurar responsabilidades pelo pagamento de honorários nas despesas sem pertinência com o objeto do Contrato de Publicidade DIRAD/DESEG 99/037, celebrado entre o Banco de Brasília S/A – BRB e a empresa Jimenez & Associados Propaganda Ltda.

O Tribunal, nos termos da Decisão nº 2.430/14, deliberou por:

II – considerar:

- a) parcialmente procedente a defesa de fls. 107/141, apresentada pelo responsável indicado no parágrafo 5 de fl. 196, afastando a obrigação de ressarcimento, e aplicando-lhe a multa prevista no art. 57, inciso III, da LC nº 01/94;
- b) improcedente a defesa de fls. 144/192, autorizando a ciência da responsável indicada no parágrafo 6 de fl. 201 para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres distritais o débito que lhe é imputado nos autos – de R\$ 3.462.094,71 (três milhões,



quatrocentos e sessenta e dois mil, noventa e quatro reais e setenta e um centavos), atualizado até 13.02.14, conforme fl. 194; [...]

A Informação nº 217/14, da SECONT, informa o estágio do processo e tece considerações a respeito:

#### **DA MULTA**

2. Em vista dos itens II, 'a', e III da decisão supra, foi lavrado o Acórdão nº 341/14, que aplicou multa ao Sr. Tarcísio Franklim de Moura (fl. 223). O responsável, cientificado da referida decisão e notificado da apenação à fl. 226, promoveu o pagamento da penalidade, conforme demonstra o documento de fl. 232. Nesse sentido, deve a Corte considerá-lo quite com o erário quanto à penalidade que lhe fora imposta pelo Acórdão nº 341/14.

#### **DA ANÁLISE DAS CONTAS**

3. A empresa Jimenez & Associados Propaganda Ltda. foi devidamente cientificada da decisão retro e da necessidade de pagar o débito (item II, 'b') em 22/7/14, conforme documentos de fls. 227-228v. Transcorrido o prazo para o pagamento do valor correspondente ao prejuízo sem manifestação da empresa responsável, entendemos que a Corte deve, nos termos do art. 17, III, 'c', da LC nº 1/94, julgar irregulares as contas do Sr. Tarcísio Franklim de Moura e da empresa Jimenez & Associados Propaganda Ltda., porquanto não houve a liquidação tempestiva do débito de forma a sanear o processo, nos termos do § 2º do art. 13 da LC nº 1/94<sup>1</sup>.

4. Entendemos que, ainda que o Sr. Tarcísio Franklim de Moura não deverá participar do ressarcimento do débito, nos termos do voto condutor da Decisão nº 2430/14 (fls. 218-220), que o escusou por não ter se beneficiado da verba pública paga indevidamente, com amparo no art. 884 do Código Civil<sup>2</sup>, não tendo havido a reparação, a irregularidade e a culpabilidade deste responsável pelo prejuízo ao erário remanescem, razão pela qual deverá ter suas contas julgadas irregulares.

O órgão técnico, portanto, sugere que o Tribunal:

I – tome conhecimento dos documentos de fls. 226-228 e 232 dos autos;

<sup>1</sup> LC nº 1/94: "Art. 13. Verificada irregularidade nas contas, o Relator ou o Tribunal:

(...) § 2º. Reconhecida pelo Tribunal a boa fé, a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente sanará o processo, se não houver sido observada outra irregularidade nas contas.

<sup>2</sup> Lei nº 10406/02: Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



II – considere o Sr. Tarcísio Franklim de Moura quite com erário no tocante ao valor da multa que lhe fora aplicada pelo Acórdão nº 341/14;

III – nos termos do art. 17, III, 'c', da Lei Complementar nº 1/94, julgue irregulares as contas do Sr. Tarcísio Franklim de Moura e da empresa Jimenez & Associados Propaganda Ltda., por conta das irregularidades apontadas no Processo de TCE nº 041.000.813/09;

IV – autorize o retorno dos autos à SECONT para que: a) dê ciência ao Sr. Tarcísio Franklim de Moura da decisão que vier a ser adotada; e b) notifique a empresa Jimenez & Associados Propaganda Ltda. acerca da decisão que vier a ser adotada e da necessidade de, em novo prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres distritais o débito que lhe fora imputado nos autos, no valor de R\$ 3.462.094,71 (três milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, noventa e quatro reais e setenta e um centavos), atualizado para o exercício de 2014;

V - autorize, desde logo, nos termos do art. 29, II, da LC nº 1/94, a cobrança judicial, caso não atendida a notificação para o pagamento do referido débito.

O Ministério Público, nos termos do Parecer nº 0912/2014 – MF, acompanha a instrução, alertando a necessidade de expedição de acórdão para a eventual cobrança judicial do débito.

É o relatório.



## **VOTO**

A tomada de contas especial em apreço destinou-se à apuração de responsabilidades pelo pagamento de honorários sem pertinência com o objeto do Contrato de Publicidade DIRAD/DESEG 99/037, celebrado entre o Banco de Brasília S/A – BRB e a empresa Jimenez & Associados Propaganda Ltda.

O Tribunal, em conformidade com sua Decisão nº 2.430/14, aplicou multa ao dirigente do BRB responsável pelas falhas e atribuiu o débito à empresa destinatária dos recursos.

O dirigente, Sr. Tarcísio Franklim de Moura, recolheu o valor da multa que lhe foi imputada, restando considerá-lo quito quanto a essa penalidade.

A empresa, por outro lado, embora regularmente notificada, manteve-se omissa quanto ao pagamento do débito estimado em R\$ 3.462.094,71 (três milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, noventa e quatro reais e setenta e um centavos).

A proposta da unidade técnica é de julgamento pela irregularidade das contas do dirigente e da empresa, bem como nova notificação da contratada para o recolhimento do débito.

O Ministério Público acrescenta, ainda, a expedição de acórdão para o processamento da cobrança judicial que eventualmente venha a ser necessária.

Quanto às propostas apresentadas, entendo que se deva adotar o procedimento suscitado no âmbito da Decisão nº 5.228/14, procedida nos autos do Processo nº 38.323/10 (sessão de 21.10.14), *verbis*:

Antes de dar cumprimento às disposições dos arts. 73 e 84, inciso IV, do RI/TCDF, à vista do devido processo legal, e tendo em conta as sugestões propugnadas pelo corpo instrutivo (fl. 133) e Ministério Público junto à Corte (fl. 141) no feito em exame, o Senhor Presidente suscitou questão preliminar acerca da **necessidade de nova cientificação dos responsáveis que tiverem suas alegações de**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



**defesa julgadas improcedentes para que, nos termos do § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº 1/94, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuem e comprovem o recolhimento do débito apurado nos autos, antes de a Corte deliberar pelo julgamento das contas em apreço e lavratura do respectivo acórdão** nos termos preconizados no art. 17, c/c o art. 24 da LC nº 1/94. O representante do Ministério Público junto à Corte, Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, na forma do § 1º do art. 66 do RI/TCDF, se manifestou pelo retorno dos autos ao Gabinete do Relator, sob pena de nulidade absoluta do processo. *[grifei]*

Em face do exposto, VOTO no sentido de que o eg. Plenário:

I – tome conhecimento dos documentos de fls. 226/228 e 232 dos autos;

II – considere o interessado a que se refere o parágrafo 2 de fl. 235 quite com erário no tocante ao valor da multa que lhe fora aplicada pelo Acórdão nº 341/14;

III – autorize o retorno dos autos à SECONT para que:

a) seja dada ciência ao interessado referido no item II supra quanto ao teor desta decisão; e

b) seja feita nova notificação à responsável indicada no parágrafo 3 de fl. 235 para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres distritais o débito que lhe é imputado nos autos – de R\$ 3.462.094,71 (três milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, noventa e quatro reais e setenta e um centavos), atualizado até 13.02.14, conforme fl. 194.

Sala das Sessões,            de novembro de 2014.

**ANILCÉIA MACHADO**  
Conselheira-Relatora